



Índice

- 01** Índios pedem diálogo com presidente Dilma para deixar Belo Monte
- 02** Nacões em terra brasileira
- 03** TRF5 nega direito de posse em terras reclamadas por índios Fulni-ôs de Águas Belas (PE)
- 04** Pesquisa mostra contribuição de indígenas na preservação da Mata Atlântica
- 05** CCJ deve votar criação da Secretaria Nacional dos Povos Indígenas
- 06** Famasul se reúne com Temer para tratar das invasões indígenas
- 07** Lideranças indígenas do Acre recebem cursos de agentes agroflorestais
- 08** 1º seminário de Documentação Indígena e Etnohistórica, nos dias 28 e 29 de maio
- 09** ONU: Mulheres indígenas enfrentam 'tripla discriminação' ao tentar entrar para a política
- 10** Teresina vai sediar reunião entre quilombos e governo federal
- 11** Demarcação de terras indígenas: Decepção na Assembleia Legislativa do MS
- 12** Exército presta atendimento de saúde em regiões de fronteira de RR

Índios pedem diálogo com presidente Dilma para deixar Belo Monte

SÍTIO PORTAL G1, 27.05.2013

*Em carta aberta, manifestantes criticaram postura do Governo Federal.
Norte diz que índios desobedecem decisão judicial ao retornar ao canteiro.*



Índios pedem que presidente dialogue com manifestantes em Vitória do Xingu
(Foto: Reprodução Globo News)

Os índios que ocupam desde a madrugada desta segunda (27) o principal canteiro de obras da Usina Hidrelétrica Belo Monte, em Vitória do Xingu, no Pará, divulgaram uma carta aberta criticando o Governo Federal e a presença da Força Nacional da Segurança no local. No manifesto, as lideranças Munduruku, Xipaya, Kayapó, Arara e Tupinambá se dizem cansadas de "esperar e chamar", e pedem que a presidente Dilma Rousseff dialogue com os manifestantes.

"O seu governo disse que se nós saíssemos do canteiro, nós seríamos ouvidos. Nós saímos

pacificamente – e evitamos que vocês passassem muita vergonha nos tirando à força daqui. Mesmo assim, nós não fomos atendidos. O governo não nos recebeu. Nós chamamos pelo ministro Gilberto Carvalho e ele não veio", diz a carta. "E não mande a Força Nacional para negociar por vocês. Venham vocês mesmos. Queremos que a Dilma venha falar conosco", solicitam os índios.

Esta é a sétima carta divulgada pelos índios do Pará, e marca a segunda ocupação do canteiro em menos de um mês: os índios haviam deixado o local no dia 9 de maio, após a justiça conceder liminar de reintegração de posse em favor da Norte Energia. "Não temos nenhum prazer em sair das nossas casas nas nossas terras e pendurar redes nos seus prédios. Mas, como não vir? Se não viermos, nós vamos perder nossa terra", reclamam.

Ainda de acordo com os manifestantes, o canteiro foi ocupado novamente para protestar contra a construção de barragens sem a consulta prévia das comunidades indígenas, um direito que é assegurado pela constituição e que, de acordo com o Ministério Público Federal do Pará, não ocorreu: a usina de Belo Monte, segundo o MPF, está sendo construída graças a uma decisão liminar que permite a realização das obras.

Em nota, a Norte Energia, responsável pela construção e operação da usina, disse que vai utilizar todos os recursos legais para retomar a área e dar continuidade nas obras do sítio Belo Monte. A empresa disse ainda que irá utilizar o direito de reintegração de posse concedido pelo Tribunal Regional Federal em 8 de maio, e que, por contrariarem uma decisão judicial, os invasores podem ser responsabilizados civil e criminalmente pela ocupação.



Nações em terra brasileira

SÍTIO A VERDADE SUFOCADA, 27.05.2013

Alexandre Garcia

A importação de médicos cubanos substituiu no palco das notícias o escândalo da importação de paraguaios para ocupar reservas indígenas fajutas. Mas a questão continua à espera de uma solução. No município de Alto Boa Vista, Mato Grosso, uma família de agricultores passa dificuldades, porque a Funai não deixou que colhesse 600 hectares de soja que haviam plantado, nem que retirasse o equipamento agrário da área, que virou reserva sem índio.

Uma repetição do fiasco da reserva Raposa Serra do Sol, em que agricultores expulsos estão plantando arroz na Guiana e índios supostamente beneficiados estão na periferia de Boa Vista - em lixões ou na prostituição -, já que o sustento deles vinha das relações com os rizicultores. Quem criou a reserva não está interessado em índio; apenas os usou como pretexto.

Um ex-comandante de unidades militares no Amazonas me conta que índio não quer continuar na idade da pedra, onde a Funai e seus antropólogos, o Conselho Indigenista Missionário e ONGs sediadas na Europa querem que ele fique. Índio quer camioneta, parabólica, confortos de eletrodomésticos e escola para abrir caminho rumo à igualdade com os outros brasileiros. Hoje poucas tribos permanecem isoladas, como os Waimiri-atroaris, porque sob a influência de antropólogo que adora uma redoma sobre o índio. Aldeias são chamadas de nações, numa tentativa de segregá-las do Brasil, certamente por vontade de ONGs interesseiras. Afinal, temos madeira, matérias-primas medicinais e muito minério precioso, em áreas dessas "nações".

Há duas semanas, a presidente Dilma sofreu uma vaia por parte de agricultores e pecuaristas em Campo Grande. Ela teve a humildade de procurar a razão da vaia e descobriu que os produtores de alimento tinham razão. A consequência foi que sua Ministra do Gabinete Civil, Gleisi Hoffmann, pediu ao Ministro da Justiça que a Funai interrompa a criação de reservas no Paraná. Isso se estende ao Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, em lugares onde a Embrapa - a melhor empresa do governo - identificou como áreas produtoras de alimento. De agora em diante, a Embrapa vai ser ouvida. E, como sabemos, a Embrapa tem credibilidade e méritos para isso. Ela contribuiu para aumentar a oferta de alimentos no Brasil e para o sucesso das exportações de produtos da terra.

A Ministra, que fala em nome da Presidente, foi dura: "a Funai não está preparada, não tem critérios claros para fazer gestão de conflito, não tem capacidade de fazer mediação" entre interesses de índios e de agricultores e pecuaristas. E a Presidente não agüenta mais o uso de índios para prejudicar as obras da hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu. Ela sabe quem manipula os índios. Hoje 13% do território nacional é ocupado por aquilo que a Funai e ONGs chamam de nações. Ora, se a integridade nacional está sendo cedida a outras nações

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 090 / 2013

Brasília, 28 de maio de 2013.

que não a brasileira, essa é uma questão para o Congresso Nacional, não para a Funai, CIMI, ONGs ou antropólogos. Na Constituição, o primeiro fundamento do Brasil é a soberania. Estariam abrindo ilhas na nossa soberania?



TRF5 nega direito de posse em terras reclamadas por índios Fulni-ôs de Águas Belas (PE)

SÍTIO PROMAD, 27.05.2013

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região – TRF5 negou, na última quinta-feira (23/05), direito de posse a Carlos André dos Santos e demais apelantes, no total de 28 autores da ação judicial que tem por objetivo o reconhecimento ao direito de propriedade em terras reclamadas por indígenas da Tribo Fulni-ô, no município de Águas Belas (PE). A Terceira Turma do TRF5 confirmou decisão do Juízo da 23ª Vara Federal (PE), que reconheceu legítimos os documentos de posse apresentados pelo apelado Fernando de Oliveira Santos.

O relator do agravo retido e da apelação ajuizados pelos indígenas, desembargador federal Marcelo Navarro, entendeu que, apesar da alegação de que as terras eram tradicionalmente ocupadas pelos índios, o autor da ação de reintegração de posse comprovou a sua posse legítima e o esbulho (a invasão das terras), sem desconsiderar a possibilidade de futuras discussões sobre o direito de propriedade dos bens objeto da disputa.

A ORIGEM DA DISPUTA JUDICIAL – Fernando de Oliveira Santos ajuizou ação de reintegração de posse contra 28 pessoas que teriam invadido suas terras, no dia 22/08/2008, na zona rural do município pernambucano, nas localidades conhecidas como Barra da Ribeira e região de Però. O autor da ação apresentou certidões contando mais de vinte anos de registro dos bens e comprovou estarem as terras cercadas por arame e madeira.

A Fundação Nacional do Índio (Funai), foi intimada a dar seu depoimento no autos e apresentou Relatório Preliminar Circunstanciado, no qual dizia que “a terra indígena da Tribo Fulni-ô nunca chegou a ser identificada”. A Funai declarou, também, que não foi possível encontrar em seus registros nenhuma documentação referente à conclusão do processo demarcatório das terras em litígio.

O Juízo da 23ª Vara Federal (PE), sediada em Garanhuns, reconheceu a legitimidade de posse das terras de Fernando de Oliveira Santos, afirmando ainda que, além da verificação da não demarcação das terras, existia nos autos notícia da utilização econômica dos imóveis, com a criação de gado e implantação de benfeitorias. O magistrado de primeiro grau, disse, ainda, que tudo indica que o autor exerce a posse mansa e pacífica há mais de 30 anos, fato não contestado pelos réus.

Pesquisa mostra contribuição de indígenas na preservação da Mata Atlântica

SÍTIO REDE BRASIL ATUAL, 27.05.2013

Nas áreas demarcadas, desmatamento chega a menos de 4%, mostrando que a presença humana não é necessariamente sinônimo de devastação, desde que haja uma visão de harmonia com a natureza

São Paulo – Pesquisa feita pela Comissão Pró-Índio de São Paulo indica que as áreas desmatadas em seis terras indígenas do estado equivalem a menos de 4% da dimensão total dessas áreas. Para um dos pesquisadores responsáveis pelo estudo, Otávio Penteado, a ideia de que a presença indígena aumenta a taxa de desmatamento é equivocada. "Há uma confusão na maneira como concebemos o nosso espaço e como eles concebem. Há uma ideia de que qualquer presença humana vai devastar a área e usar de modo predatório. É preciso viabilizar os objetivos mútuos que existem entre essas áreas indígenas e a floresta, porque eles existem", disse Penteado.



Segundo o estudo, apenas 7% da cobertura vegetal da Mata Atlântica está bem conservada

O estudo "Terras Indígenas na Mata Atlântica: pressões e ameaças", feito pela Comissão Pró-Índio de São Paulo, analisa a situação de nove terras indígenas localizadas na região da Serra do Mar, distribuídas por uma região que abrange desde o extremo sul da região metropolitana de São Paulo até o litoral. Com uma área total de 38.572 hectares, essas terras indígenas abrigam uma população de aproximadamente 2.220 índios, segundo dados da Funai. No estado de São Paulo existem 29 terras indígenas que apresentam algum tipo de reconhecimento pelo governo.

O estudo mostra que as principais causas de destruição da Mata Atlântica são também as principais ameaças aos direitos territoriais dos indígenas. A expansão da fronteira agropecuária, os grandes empreendimentos de infraestrutura, o crescimento das cidades e a exploração não sustentável das florestas são algumas dessas ameaças. Nos municípios litorâneos de São Paulo, muitas áreas remanescentes de Mata Atlântica se localizam em áreas onde há forte presença de empreendimentos ligados ao turismo e ao lazer, além de atividades portuárias (sediadas nas cidades de Santos e São Sebastião) ligadas à cadeia de petróleo e gás, além dos setores de infraestrutura, como portos, estradas e ferrovias.

Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente de 2011, hoje a Mata Atlântica está reduzida a 22% da sua cobertura original. Desse total, 7% estão bem conservados em fragmentos acima de 100 hectares, dentre os quais se encontram as terras indígenas. De acordo com o estudo da

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 090 / 2013

Brasília, 28 de maio de 2013.

Comissão Pró-Índio de São Paulo, a maior taxa de desmatamento encontrado em terras indígenas foi de 10,5%, registrada nas terras indígenas Piaçaguera - área cortada pela rodovia Padre Manoel da Nóbrega e que foi alvo de exploração mineral pela empresa Vale do Ribeira Indústria e Comércio S.A.

Para Otávio Penteado, é preciso haver estudos que indiquem os impactos diretos e indiretos provocados por processos exploratórios nas áreas próximas às áreas de Mata Atlântica, as quais incluem terras indígenas: "Deve-se fazer uma real avaliação sobre os impactos nestas áreas, como isso afeta o meio ambiente e a maneira de viver dessas comunidades. As terras indígenas precisam ser pensadas nos processos de exploração e os índios devem poder escolher como vai ser a sua relação com o espaço urbano."

De acordo com o pesquisador, o Dia Nacional da Mata Atlântica, comemorado hoje (27), é fundamental para suscitar os debates sobre a importância deste bioma. "A questão deve ser lembrada e discutida profundamente, em diferentes formas e interligando as áreas do conhecimento". O estudo "Terras Indígenas na Mata Atlântica: pressões e ameaças" está disponível no site da Comissão Pró-Índio.



CCJ deve votar criação da Secretaria Nacional dos Povos Indígenas

SÍTIO ESTADO DE MINAS, 27.05.2013

Os senadores devem avaliar também lei que possibilita aos índios o direito de registrar, na certidão de nascimento, prenomes de origem indígena

Está agendado para a próxima quarta-feira, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, a votação da proposta que cria a Secretaria Nacional dos Povos Indígenas. O novo órgão nasceria da fusão da Fundação Nacional do Índio (Funai), subordinada ao Ministério da Justiça, e da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), braço do Ministério da Saúde.

Na pauta da comissão consta também projeto de lei (PLS 3/2010) que assegura aos índios o direito de registrar, na certidão de nascimento, prenomes de origem indígena. A proposta já foi aprovada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Os senadores da CCJ podem ainda examinar Proposta de Emenda à Constituição (PEC 3/2012), que obriga os órgãos e entidades públicas a divulgar a remuneração de seus servidores, e outra PEC (50/2011) que inclui os ex-presidentes da República entre os membros do Conselho da República.

A pauta da reunião desta quarta-feira inclui ainda entre seus 16 itens projeto (PLS 174/2011) que cria a Lei de Responsabilidade Sanitária (LRS). Entre outras medidas, o projeto prevê punição para quem negligenciar o atendimento nos hospitais e para gestores envolvidos em ações fraudulentas e desvios de verba na área da saúde. Em visita ao presidente do Senado, Renan Calheiros, na semana passada, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, pediu apoio para a proposta.

Famasul se reúne com Temer para tratar das invasões indígenas

SÍTIO FAMASUL, 27.05.2013



O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de MS (Sistema Famasul), Eduardo Riedel, e o diretor secretário da instituição, Ruy Fachini, participam nesta terça-feira (28) de reunião com o vice-presidente da República, Michel Temer, a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, para tratar das invasões indígenas às propriedades rurais de Mato Grosso do Sul. Temer, que na semana passada admitiu a gravidade das invasões, em reunião com a Frente Parlamentar do Agronegócio, deve se posicionar e apontar possibilidades de solução para o conflito.

A reunião acontecerá em Brasília, às 14h30, e terá a presença do senador Waldemir Moka (PMDB), deputados federais, estaduais e produtores rurais do Estado. O encontro foi marcado a partir de reunião anterior, realizada no último dia 16, quando representantes dos produtores de MS e outros sete estados estiveram reunidos com Temer, o presidente da Câmara Federal, Henrique Alves, e o Advogado-Geral da União e ministro, Luís Inácio Adams.

A iniciativa dos parlamentares estaduais de participar da reunião foi definida em audiência pública, na última sexta-feira (24), na Assembleia Legislativa, quando os deputados definiram pelo trancamento da pauta de votação da Casa até que o Governo Federal se posicione quanto aos litígios de terra. O coordenador da Comissão de Assuntos Fundiários da Famasul e vice-presidente da Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja/MS), Cristiano Bortolotto também participa da reunião.

Lideranças indígenas do Acre recebem cursos de agentes agroflorestais
SÍTIO CREA-AM, 27.05.2013



O curso reúne indígenas das etnias Poyanawa, Ashaninka, Kaskinawá e Hunikui-arara. Esta é a 18ª turma formada para proteger e manter o meio ambiente.

Cerca de 30 lideranças indígenas das etnias Poyanawa, Ashaninka, Kaskinawá e Hunikui-arara recebem até o mês de junho cursos técnicos com o objetivo de formar agentes agroflorestais. A Comissão Pró-Índio (CPI), em parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) são os responsáveis pela formação. As aulas são realizadas no Centro de Formação Povos da Floresta, na rodovia Transacrea, km 08, em Rio Branco.

Esta é a 18ª turma e, além dos já citados parceiros, a CPI tem a ajuda da sociedade civil organizada. A disciplina trabalhada, na última semana, foi Mitos e Lendas Indígenas, com a confecção de esculturas em maneira reaproveitada.

De acordo com o coordenador do programa de Gestão Territorial, Marcos Castelli, os indígenas são escolhidos pela própria comunidade. "São capacitados durante um mês e retornam às aldeias com as informações necessárias para a proteção de suas terras e manutenção do meio ambiente", explicou.

A etnia Kashinawá abriga nove aldeias, com mais de 900 indígenas. De acordo com Amiraldo Huni Kui, três indígenas Kashinawá estão participando das capacitações. Ele acredita que o papel do representante é repassar tudo o que foi aprendido. "Queremos manter a floresta de pé, preservando e, ao mesmo tempo, utilizando de maneira consciente tudo o que ela nos oferece", comentou.



1º seminário de Documentação Indígena e Etnohistórica, nos dias 28 e 29 de maio
SÍTIO JUSTIÇA EM FOCO, 27.05.2013

Serão apresentados vídeos produzidos pelo MPF/MS, mostrando a realidade das comunidades indígenas no Estado

O Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul (MPF/MS) irá participar do 1º seminário de Documentação Indígena e Etnohistórica, nos dias 28 e 29 de maio, realizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas (NEPPI) na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), em Campo Grande. O procurador da República Marco Antônio Delfino de Almeida irá ministrar palestra sobre os povos indígenas do Estado e também serão exibidos os vídeos produzidos pela Assessoria de Comunicação do MPF/MS nas comunidades.

Os vídeos gravados nas Comunidades Mãe Terra, Terra Indígena Cachoeirinha, Laranjera Ñanderu e Curral do Arame serão exibidos no dia 28 de maio a partir das 9h30. As imagens mostram a triste realidade vivida pelos indígenas. Crianças bebendo água barrenta do rio, mães sem alimento para os filhos, barracos em péssimas condições e outras negligências contra os povos indígenas foram registradas pela Assessoria de Comunicação do MPF/MS e disponibilizadas no site Tekoha IV.

No seminário serão realizados debates, conferências, mesas redondas, oficinas e lançamento de livro. Para participar não é necessário efetuar inscrição prévia, todas as atividades do evento são gratuitas e os participantes receberão certificados.

O seminário irá acontecer no momento em que o Relatório Figueiredo, documento oficial que revela os abusos contra os povos indígenas na época da ditadura, foi encontrado. "Torturas contra crianças e adultos, em monstruosos e lentos suplícios, a título de ministrar justiça. [...] O Serviço de Proteção aos Índios degenerou a ponto de persegui-los até o extermínio. Relembrem-se aqui os vários massacres, muitos dos quais denunciados com escândalo sem, todavia, merecer maior interesse das autoridades."

O pesquisador da Comissão da Verdade, Marcelo Zelic, encontrou o documento dentro de algumas caixas no Museu do Índio, no Rio de Janeiro. O relatório foi produzido entre novembro de 1967 e março de 1968, encomendado pelo então procurador federal Jader de Figueiredo. O texto quase se perdeu em um incêndio criminoso na antiga SPI, mas foi localizado em 2008, pelo pesquisador que estará na abertura do evento, às 8h do dia 28 de maio.

ONU: Mulheres indígenas enfrentam 'tripla discriminação' ao tentar entrar para a política

SÍTIO NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 27.05.2013



Os povos indígenas na América Latina realizaram uma mobilização sem precedentes nos últimos 20 anos, mas a participação política — particularmente entre as mulheres — ainda é baixa, disse a ONU em um novo relatório divulgado na semana passada.

O relatório intitulado Cidadania Intercultural – Contribuições da participação política dos povos indígenas na América Latina – escrito principalmente por lideranças indígenas e especialistas e divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), cita diversos fatores que ajudaram a impulsionar a participação política dos povos indígenas na região, mas destaca o fato de que a inclusão política das mulheres indígenas tem sido um grande desafio, uma vez que elas enfrentam uma “discriminação tripla” de ser mulher, indígena e pobre.

“Mesmo as mulheres tendo o direito de votar e vários países da região terem colocado cotas para a participação das mulheres nos partidos políticos e órgãos públicos, a participação política das mulheres indígenas — juntamente com a sua saúde sexual e reprodutiva — são questões cruciais que estão ainda muito aquém”, afirma um comunicado de imprensa sobre o relatório, divulgado na quarta-feira (22), durante a 12ª sessão do Fórum Permanente da ONU sobre Questões Indígenas, que se reúne em Nova York até o próximo dia 31 de maio.

O relatório examina seis países da região com maior percentual de povos indígenas e de maior progresso na participação política: Bolívia, Equador, Guatemala, México, Nicarágua e Peru.

CONT.



Entre os 500 representantes da câmara do México, 14 são indígenas e quatro deles são mulheres (2012-2015). Na Guatemala há 158 assentos no parlamento, dos quais 19 são ocupados por povos indígenas, três deles mulheres (2012-2016).

Do total de 92 deputados na Assembleia Nacional do Nicarágua durante o mandato 2006-2009, três eram ocupados por indígenas e dois deles eram ocupados por mulheres. Entre os 124 deputados do Equador, sete são indígenas e duas são mulheres (2009-2013).

No Peru, há 130 parlamentares e apenas nove são indígenas, sendo duas mulheres (2011-2016). Na Bolívia, onde os povos indígenas constituem 60% da população, 41 dos 130 deputados são indígenas e apenas nove são mulheres.

“Além das barreiras culturais, os povos indígenas têm poucas posses, a terra muitas vezes é improdutiva e vivem abaixo da linha da pobreza, o que impede a sua inclusão política”, disse Heraldo Muñoz, diretor do PNUD para a América Latina e Caribe.

“A população branca e mestiça se beneficiou, mas não os povos indígenas, como se eles vivessem em um mundo isolado dos aspectos mais positivos do desenvolvimento”, aponta o relatório.



Teresina vai sediar reunião entre quilombos e governo federal

SÍTIO CAPITAL TERESINA, 26.05.2013

Evento acontecerá no Lord Hotel

Teresina - A capital do Estado vai sediar uma reunião consultiva e informativa entre governo federal e comunidades quilombolas. Organizada pela Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Seppir, Incra e Fundação Palmares, o encontro será realizada nos dias 28 e 29 de maio com a presença de cem representantes de quilombos do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Piauí.

O objetivo do encontro é discutir o texto que vai regulamentar a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OTI) para garantir a consulta prévia junto aos povos indígenas e comunidades quilombolas sempre que houverem decisões legislativas e administrativas que possam afetá-los.

A reunião vai suceder o Seminário Integrado do Programa Brasil Quilombola, promovido pela Seppir em Teresina nos dias 27 e 28 de maio.

A Convenção 169

Adotada na 76ª Conferência Internacional do Trabalho, em 1989 a Convenção da OTI foi ratificada pelo Brasil há 11 anos e entrou em vigor em 25 de julho de 2003. Os países que a assinaram assumem um compromisso de consultar os povos interessados toda vez que o Governo prever medidas legislativas ou administrativas que possam afetar diretamente, os indígenas e quilombolas, assegurando suas participações nas tomadas de decisões.

Comunidades Quilombolas no Piauí

O Estado tem ao todo 64 comunidades, segundo levantamento da Fundação Palmares.



Demarcação de terras indígenas: Decepção na Assembleia Legislativa do MS SÍTIO LINHAS LIVRES, 27.05.2013

A audiência pública foi convocada para discutir o conflito entre fazendeiros e índios em Mato Grosso do Sul, mas o plenário da Assembleia Legislativa tem maioria esmagadora de produtores rurais na tarde de hoje.

O reflexo foram os discursos reforçando a defesa da propriedade, do "estado de direito" e a cobrança por medidas que retirem famílias indígenas de áreas invadidas no Estado. Mas também há faixas que pedem "demarcação justa e pacífica". Segundo a deputada Mara Caseiro (PTdoB), responsável pela audiência pública desta segunda-feira, os índios foram convidados, mas não compareceram.



Ela lembra que ao fim das discussões de hoje, os deputados esperam chegar a um documento que será levado à Brasília e apresentado à ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, em reunião já marcada para amanhã.

"Ninguém é contra os índios. Mas há alguns grupos que são incitados pela Funai e pelo CIMI a invadir terras", lembra sobre o conflito em Sidrolândia, onde índios terena estão acampados na fazenda do ex-deputado Ricardo Bacha já há quase 3 semanas.

Um dos únicos representantes dos indígenas nos debates é o vereador Aguilera de Souza, de Dourados. "Os políticos deveriam intermediar melhor essa questão. A sociedade acha que os indígenas estão mal intencionados. Isso não é verdade. No futuro, essa indefinição, vai gerar conflitos maiores se não for resolvida a questão", reclama. A Funai é um dos alvos preferidos durante a audiência inclusive, com os índios no ataque. "A Funai tem de ser reestruturada, alguns funcionários estão distantes das questão indígena", avalia o vereador Aguilera.

O maior impasse sobre as demarcações, conforme argumento dos fazendeiros, é a impossibilidade da União pagar pelas terras, caso ocorra as demarcações, porque o governo não pode reaver as terras para devolver aos índios e ao mesmo tempo pagar pelo que já passaria a ser da União.

Para o professor Hildebrando Campestrini, o problema todo é o debate "passional". "Todo mundo esta movido pela paixão e o governo federal está bem perdido. Não é por ai".



Exército presta atendimento de saúde em regiões de fronteira de RR

SÍTIO G1, 27.05.2013

*Operação fiscaliza garimpos e desmatamento em reservas indígenas.
Brasil tem quase 17 mil quilômetros de fronteira, 11 mil na Amazônia.*

Um avião da Força Aérea partiu de Boa Vista com destino às fronteiras do Norte do Brasil em missão de encontrar crimes ambientais e levar serviço de saúde às comunidades indígenas de difícil acesso. Já foram realizados mais de 20 mil atendimentos médicos até agora.

O Brasil tem quase 17 mil quilômetros de fronteiras, com 11 mil só na Amazônia. São regiões de difícil acesso, caso do Surucucu, onde só é possível chegar de avião ou helicóptero e onde também ocorrem alguns dos principais crimes fronteiriços.

O garimpo é um dos crimes cometidos no lugar. As pistas clandestinas são usadas para escoar os minérios extraídos dentro da terra indígena. Uma delas foi implodida durante a operação.

"Existe ao longo dessa área yanomami uma série de pistas clandestinas e que precisam realmente de um trabalho de inteligência para descobrir e realizar posteriormente uma ação de neutralização", diz José Rodrigues, comandante da 1ª Brigada de Infantaria de Selva.

O índio yanomami Xaropita trabalha há cinco anos como cabo do Exército e é fundamental para a Operação Ágata Sete. "Aqui é difícil para os brancos porque eles não sabem o caminho e vão se perder".

A operação também fiscalizou a extração de madeira no meio da Amazônia. Para isso, o Exército e o Ibama entraram em vicinais que dão acesso aos locais onde ocorrem o desmatamento. Nas pequenas estradas também há barreiras com militares do Exército.

Alguns acampamentos e pontos de extração já tinham sido previamente identificados pelo Ibama, agora, um levantamento será feito para constatar se a área é explorada ilegalmente.